

Dívida e liberdade

O presidente Reagan saudou, com entusiasmo, em seu discurso perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, a defesa da liberdade de iniciativa econômica feita, em várias ocasiões, pelo presidente José Sarney. Foi, sem dúvida, uma demonstração importante e espontânea do respeito que o governante norte-americano devota ao seu colega do Brasil, na coincidência de pontos de vista a respeito da democracia econômica, regime que antecede a democracia política e social, pois a ausência de liberdade de iniciativa nas atividades da economia leva inevitavelmente a concentração desse poder nas mãos do Estado. É o caminho, portanto, para o totalitarismo.

A auspiciosa citação do presidente Sarney pelo chefe do Governo dos Estados Unidos poderia, entretanto, ser ainda mais completa e feliz se fossem adicionadas as reiteradas afirmações do Presidente brasileiro de que os países em desenvolvimento, notadamente o Brasil, não podem pagar sua elevada dívida externa pelos caminhos convencionais e superados dos esquemas internacionais em vigor. O Governante brasileiro tem sido enfático na pregação de uma nova postura da comunidade financeira internacional, que precisa aceitar regras novas, ainda que seguras e honestas, do reescalonamento do avantajado débito dos países do Terceiro Mundo.

Essa pregação incansável do Governo brasileiro não tem rendido, ainda, a repercussão desejada junto aos fóruns internacionais do poder financeiro. O Brasil sofre um verdadeiro estrangulamento de seu desenvolvimento econômico pela obrigação de pagar quase

13 bilhões de dólares por ano de juros e outras amortizações da sua dívida exterior, o que representa a metade de tudo o que o País arrecada a duras penas com as suas exportações de matérias-primas, manufaturados e serviços.

É para tentar estancar essa verdadeira sangria que o Governo brasileiro tem procurado os credores para tentar o renegociamento à base de novas fórmulas e novos mecanismos de acerto de contas. Foi por essa mesma razão que, em fevereiro deste ano, forçado por um baixíssimo superávit comercial e quase exaurido em suas reservas externas, o Brasil decretou a suspensão provisória do pagamento dos juros da dívida exterior, hoje em torno de 104 bilhões de dólares.

Para tentar, mais uma vez, encontrar um ponto de entendimento com os credores externos, especialmente os dez maiores, dos quais oito são bancos privados norte-americanos, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, segue hoje para nova rodada de negociações com os banqueiros e o FMI, em Washington. E já parte do Brasil informando que o País só tem condições de despendar 5,3 bilhões de dólares do total de 13 bilhões que teria de pagar este ano. Este é o limite que as condições permitem agora de amortizações. Tudo o mais tem de ser renegociado, em prazos longos, juros baixos e títulos públicos como parte do pagamento, além da transformação de uma parcela em capital de risco para investimentos no desenvolvimento nacional.

É salutar verificar que a posição do Governo junto aos credores obteve respaldo político da maio-

ria dos senadores, de vários partidos, que sabatinaram o Ministro da Fazenda na Comissão Especial da Dívida Externa. Além de senadores, há numerosos deputados convencidos de que a proposta brasileira a ser levada hoje a Washington pelo ministro Bresser Pereira é a que melhor consulta os interesses nacionais, sem se constituir numa ameaça ao sistema financeiro internacional, como a moratória pura e simples, tão ao sabor de setores políticos radicais e irresponsáveis.

O Governo norte-americano, que soube compreender a opção do Brasil pela economia de liberdade de iniciativa econômica, a ponto de destacar essa posição no cenário das Nações Unidas, precisa igualmente entender agora o posicionamento com relação à renegociação da dívida externa. É uma posição coerente, por maior que seja o desagrado que possa ser externado pelos banqueiros norte-americanos credores do Brasil.

Se a nova Missão Bresser não deve ser cercada de otimismo exagerado é lícito esperar, da parte dos credores e das autoridades monetárias internacionais, uma atitude mais compreensiva para a nova proposta brasileira. Ela reflete uma posição realista de um País que preza o regime de livre iniciativa, aceita e precisa da participação do capital estrangeiro, não pretende recorrer à demagogia da moratória total mas, realisticamente, não tem condições de arcar com os juros de uma dívida abusivamente contraída no passado, inclusive com o alegre incentivo dos emprestadores de ontem, agora transformados em aflitos credores.